

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VERA LUCIA SCHUVAAB NEUNFELD

**UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE MARECHAL
CÂNDIDO RONDON – PR**

MATINHOS, PR
2011

VERA LUCIA SCHUVAAB NEUNFELD

**UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE MARECHAL
CÂNDIDO RONDON – PR**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

Orientador: Rodrigo Rosi Mengarelli

MATINHOS, PR
2011

UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

Vera Lucia Schuvaab Neunfeld¹

Rodrigo Rosi Mengarelli²

RESUMO

O presente artigo apresenta reflexões teóricas conceituais voltadas a educação no campo. Observando o aumento do êxodo rural, a pesquisa busca promover uma reflexão sobre a situação atual da população e educação no campo no município de Marechal Cândido Rondon. O objetivo é analisar os motivos da saída dos jovens do campo e como uma nova proposta poderia estar sendo adotada pelo sistema de ensino e entidades municipais a fim de melhorar a qualidade de ensino das escolas situadas na zona rural, mas que possuem projetos políticos pedagógicos baseados nas escolas urbanas, evitando-se assim o êxodo de jovens do campo para a cidade. Apresentar, a partir do conhecimento registrado pela pesquisa, propostas que venham de encontro com a lei de diretrizes e bases da educação no campo.

Palavras chaves: educação no campo, êxodo rural, LDB.

1 CONTEXTO

O município de Marechal Cândido Rondon está localizado no oeste do Paraná. A princípio a população era predominantemente rural, contudo com o decorrer do tempo a população urbana foi a que aumentou significativamente. O crescimento da população urbana aconteceu também em outros municípios da região oeste do Paraná. O município é considerado de pequeno porte, com características rurais, com a economia voltada para a agricultura, agropecuária e agroindústria, mas mesmo assim, a maior concentração populacional ocorre na área urbana do município.

O município possui uma população estimada de 46.799 habitantes. A área urbana centraliza 83,62% da população, concentrada na cidade e nas áreas urbanas distritais, enquanto que a área rural reúne apenas 16,38% desta população.

Segundo consta no Jornal O Presente, no Censo de 2000, do total de 41.007 habitantes de Marechal Rondon, 76,20%, ou seja, 31.246 habitantes, moravam na cidade, enquanto 9.761 residiam na zona rural (23,80%). Já o Censo 2010 mostra que atualmente somente 16,38% da população rondonense está concentrada nas propriedades rurais, 7.665 habitantes, enquanto que a área urbana conta 39.134 pessoas, 83,62% do total de 46.799 habitantes.

Conforme dados da Associação dos Municípios do Paraná (AMP) em 1970 a população rural representava aproximadamente 83% da população do município. Já em 1980 esse percentual decaiu para 55%, em 1991 para 46% e assim gradativamente. Conforme o informativo PIONNER, as projeções sinalizam que em 2030 a população rural brasileira será de apenas 9%. (PIONNER, Ano XII, nº26, 2007, p.15).

O crescimento urbano começou em maior escala no final de 1970. Neste período houve a intensificação do uso de insumos agrícolas, mecanização e a utilização de tecnologias, que substituiu a mão - de - obra por maquinários.

Paralelamente com a saída do povo do campo para a cidade, ocorreu também a desativação das escolas locais. Conforme dados adquiridos na Secretária Municipal de Educação de Marechal Cândido Rondon, de 1978 a 2002, foram desativadas 73 escolas. Mas levando-se em consideração que neste período ocorreu à emancipação de quatro distritos, consideram-se desativadas no município 48 escolas, pois 25 pertenciam aos distritos emancipados.

Atualmente existem 23 escolas municipais, sendo 7 no interior (sede distritais) com ensino fundamental I, dessas em 5 funciona paralelamente também as estaduais (Ensino fundamental II) e apenas duas das últimas oferecem o Ensino Médio. No centro e bairros da cidade funcionam 16 municipais (incluindo o ensino infantil) e três particulares com ensino fundamental I, 6 estaduais com ensino fundamental II, das quais apenas uma não atende o Ensino Médio.

Considerando a realidade educacional do município de Marechal Cândido Rondon e refletindo sobre as políticas voltadas a educação no campo, procurou-se realizar uma análise mais aprofundada sobre quais atitudes vem sendo adotadas, tanto no que se refere à rede de ensino como por outras entidades, para evitar que os jovens do campo abandonem suas residências e dirijam-se para a cidade. Além disso, através do conhecimento apreendido sobre educação no campo, foi constatado que embora haja escolas na zona rural estas seguem os mesmos parâmetros das escolas urbanas.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Como professora atuante da rede estadual de ensino, e com a oportunidade de estar em escola do interior do município, convivo com alunos, filhos de agricultores, observei que seria interessante se as escolas buscassem uma nova perspectiva com o olhar voltado para a lei das diretrizes

de base da educação no campo, para dar maior suporte a esses alunos, que por vezes acabam se dirigindo as cidades para buscar uma melhor formação e melhor remuneração, acentuando ainda mais os números do êxodo rural.

O trabalho de observação e análise aborda a organização das escolas situadas na zona rural, mas que ainda acompanham e trabalham com as políticas pedagógicas das escolas estaduais da zona urbana. O estímulo a este estudante agricultor é fundamental para a sua permanência no campo, sendo preciso mostrar aos estudantes as possibilidades de inovação, que podem lhes proporcionar renda, investimentos e melhor qualidade de vida.

Como base para o trabalho foi promovida uma reflexão sobre o Colégio Estadual de Margarida, localizado no distrito de Margarida, em Marechal Cândido Rondon. Neste colégio observa-se que a maior parte dos alunos são filhos de agricultores, que após a conclusão do Ensino Médio se dirigem para a cidade para dar continuidade a seus estudos ou para trabalharem nas indústrias e no comércio rondonense, abandonando a propriedade da família pelas supostas facilidades oferecidas por um trabalho com uma remuneração garantida.

Nota-se que existe uma necessidade tanto por parte da escola quanto de políticas públicas do município para incentivar a permanência desse jovem no campo. Políticas estas, que dêem subsídios econômicos e de lazer a estes jovens, para continuarem a auxiliar na propriedade da família.

O não incentivo a esses alunos a buscarem meios para aprimorarem e melhorarem sua situação no campo, junto as suas famílias, já está sendo sentido no município. Em reportagem do Jornal O presente, jornal local, apresenta que muitos “produtores rurais de Marechal Cândido Rondon e região entre as diversas dificuldades, uma está dentro da própria família: o êxodo rural dos filhos. Muitos saem para estudar e não voltam mais para a propriedade, e sem ajuda dos filhos, a continuidade das atividades rurais fica prejudicada ou até inviável”.

Para tanto é necessário acrescentar o que nos diz a legislação brasileira em relação à educação rural. A lei de diretrizes e bases da educação (LDB) de 1961(lei nº4.024/61) revela uma preocupação especial em promover uma

educação especial nas áreas rurais para tentar evitar que o contingente populacional do campo venham para as cidades e acentuem os problemas com a pobreza.

Contudo em 2001 foram aprovadas pelo conselho nacional de educação as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do campo que prevêem um conjunto de medidas para dar suporte à educação, com objetivo de reconhecer a diversidade dos povos do campo, a formação diferenciada de professores, a adequação da escola quanto as suas formas de organização, conteúdos voltados às realidades locais devidamente contextualizados, para que todos os alunos tenham através da escola a promoção do desenvolvimento sustentável e o acesso aos bens econômicos, sociais e culturais.

SANTANA (2006) lembra que:

“O artigo 28 que aponta o direcionamento específico para escola do campo está incluso no capítulo que trata da educação básica. Para termos comentários a respeito faz-se interessante sua leitura:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.”(SANTANA, 2006. p.1).

Observa-se que essas requisições vão de encontro com a promoção da autonomia do grupo, ou seja, esses alunos buscam o saber dentro da sua realidade, do seu cotidiano. Além disso, ao abordar as comunidades rurais, deve se levar em conta que as disciplinas e seus conteúdos estruturantes devem estar ligados sob uma interdisciplinaridade, de modo que atenda as necessidades da comunidade.

Considera-se que “(...) trata-se de uma educação dos sujeitos do campo” (CALDART,2002), bem como, as diferentes situações vividas por eles.

(...) a afirmação deste traço que vem desenhando nossa identidade é especialmente importante se levamos em conta que a história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou projeto pedagógico específico isto foi feito para o meio rural e muita poucas vezes para os sujeitos do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-los a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos (2002, p.28).

Dessa forma deve se tomar cuidado para que não se promova uma educação no campo baseada em moldes capitalistas, que visem aumentar o lucro a partir do desenvolvimento tecnológico da agricultura, bem como promovam a inferioridade do meio rural ao urbano.

Para SANTOS (2006) em suas considerações de uma reflexão referente a educação do campo e educação urbana: aproximações e rupturas, destaca-se quanto a relação da educação do campo calcada em modelos capitalista:

(...)institui detrimento das políticas públicas para o campo, inclusive educacionais, sendo que, as que existem apresentam principalmente um caráter do tipo compensatório. No entanto, quando o movimento Por uma Educação do Campo se inscreve na pauta de discussões sobre a educação que o campo deseja e necessita, nem sempre toma a cidade como um campo de discussão, apenas aponta a sua necessidade de educação como direito. Entendemos que a relação campo-cidade é um eixo que necessita ser considerada em sua dialeticidade, como condição de educação de qualidade para todos os brasileiros. (SANTOS, 2006. p.4).

Isso implicaria considerar o que traz VEIGA (1995, p.27), “o conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria á faixa etária e aos interesses dos alunos”. Observando a realidade das escolas da zona rural de Marechal Cândido Rondon, no âmbito das escolas estaduais, faltaria ainda à dinamicidade desse conteúdo científico adequado aos interesses dos alunos.

Esta adaptação deveria acontecer desde a elaboração do calendário escolar, que deveria estar de acordo com a realidade da comunidade. Nota-se que quando é época de plantio e de colheita que há uma evasão dos alunos da

escola, ou um baixo rendimento em virtude que muitos estudantes ajudam no trabalho em casa e mesmo vindo a escola não se apresentam em condições físicas e mentais para aprimorarem seus conhecimentos.

Segundo Casalli, formado em filosofia e coordenador do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), em um texto publicado, aponta que para a mudança da educação no campo esta no fato de que “O grande desafio, na verdade, é a mudança do modelo de educação presente no campo. A escola que temos no campo não prepara as crianças nem para o mundo urbano e nem para o mundo do campo (com suas diferentes expressões culturais, de organizar a vida, de convivência). Mas sim para serem subservientes à lógica do capitalismo”.

Com relação às escolas Estaduais do Município constatou-se que há o interesse e a iniciativa para enfrentar esse “grande desafio”, mas que acaba irrompendo em outro que é desinteresse das autoridades competentes. O Colégio Estadual de Margarida, por exemplo, já manifestou o desejo de adotar a política de uma escola do campo, contudo mesmo depois de enviados os projetos, esta ainda permanece sem respostas. O que se destaca é que, o interesse, também por parte das entidades que avaliam as escolas, é essencial para a promoção e a busca de uma educação no campo com qualidade.

Além disso, para a garantia de qualidade é de suma importância que a capacitação dos profissionais da educação seja promovida, não apenas por parte dos professores, mas que essa aconteça em conjunto com todo o grupo escolar junto a comunidade, para que a partir de então passe-se a elaboração de um projeto político pedagógico que atenda as necessidades da comunidade.

Considerando ainda que os alunos ali inseridos são detentores de muito conhecimento e vivências, consequentemente, sua carga cultural também deve ser respeitada dentro do projeto político pedagógico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomar a lei de diretrizes e bases da educação para educação do campo, mesmo esta sendo uma imposição, ou um direito a estes sujeitos, ela não garante sua aplicabilidade em todos os seus segmentos a todos os grupos

instituídos, pois quando falamos em educação no campo, não estamos tomando um grupo uniforme, mas sim temos sujeitos com formações ideológicas e culturalmente distintas, como traz SANTANA (2006) devemos buscar atender a “educações do campo”.

Ao voltarmos os olhos as escolas estaduais de Marechal Cândido Rondon, temos uma realidade distinta a ser atendida, pois temos escolas situadas na zona rural que seguem parâmetros urbanos, mas que conta com o seu contingente alunos que carecem de uma reformulação no projeto político pedagógico da escola, pois este não vem de encontro com as suas necessidades.

Contudo, questionando essa necessidade com a comunidade escolar foi constato que a maior parte das escolas da zona rural de Marechal Cândido Rondon esta atenta a essas condições e que já vem tomando iniciativas para melhorarem a qualidade de ensino, evitando o êxodo escolar, junto ao êxodo rural. Nota-se que dentre as escolas do município as escolas estaduais de Margarida, Porto Mendes e São Roque já apresentaram um projeto para a implementação do que prevê a lei junto ao que é relevante para a comunidade para a que sejam implantadas políticas da educação no campo, mas ainda não tiveram retorno.

Os principais motivos que fazem com que grande quantidade de jovens saia da zona rural para a cidade são geralmente: estrutura patriarcal(baixo nível educacional dos mais idosos, sem flexibilidade para inovações), busca de empregos com boa remuneração mensal, busca pela qualidade de ensino (cursos técnicos) nas cidades onde acabam entrando no mercado industrial, mecanização e tecnologia da produção rural e falta de infra-estrutura. Os dois últimos casos exigem investimento inicial elevado para benefícios em longo prazo. Para esse investimento, muitas vezes os agricultores precisam amparar-se em um financiamento para conseguir, mas devido às altas taxas de juros torna-se inviável.

Lembrando que o objetivo da educação do campo é garantir a comunidade uma educação de qualidade comprometida com um modelo social justo, economicamente viável e sustentável, com sua cultura aceita e valorizada e evitar o êxodo rural não é necessário somente a adoção de algumas práticas educativas que garantem a consolidação da educação do

campo. Deve ser feito um trabalho amplo, não só a nível escolar mas, envolvendo-se as mais variadas entidades através de cursos, palestras que visem motivar e capacitar tanto os adolescentes quanto jovens e principalmente os pais, atuais administradores, a inovar, empreender e administrar a propriedade como sendo uma empresa. Uma empresa que possui objetivo a ser alcançado, gerando renda, efetuar investimentos necessários para as futuras gerações continuarem o trabalho.

Como é uma questão ampla, para dar continuidade à pesquisa, seria interessante buscar informações sobre o que as entidades políticas e governamentais pensam sobre o êxodo rural.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli. **Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção**. In. KOLING, Edgar J., CERIOLI, Paulo, CALDART, Roseli S. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília-DF, 2002.

CASALLI, Derli. **Caminhos para uma educação no campo**. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=13211>>. Acessado em: 12 abr. 2011.

IBGE (www.ibge.gov.br). Disponível em: <http://www.ampr.org.br/ampr/demografia/mu_demografia.asp>. Acessado em: 12 abr. 2011

JORNAL O PRESENTE RURAL Disponível em: <<http://www.opresenterural.com.br/noticias.php?n=2668>>. Acessado em: 8 mar. 2011.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas2.shtml>> Acessado em: 20 mar. 2011.

PIONNER, Ano XII, nº26, 2007.

SANTANA, Djácia. **A LDB e a Educação no campo**. (2006). Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/721/1/A-Ldb-E-A-Educacao-Do-Campo/pagina1.html>> Acessado em: 12 abr. 2011.

SANTOS, Franciele Soares dos. **Educação do campo e educação urbana: aproximações e rupturas**. Revista de educação Educere e Educare Vol. 1 nº 1 jan./jun. 2006, p.69- 72.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Marechal Cândido Rondon.

VANTROBA, Erléia Aparecida. **Necessidades e perspectivas a permanência do jovem do campo no seu ambiente**. Irati, dezembro de 2009. Disponível em:<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.h/portals/pde/arquivos/2447.pdf?PHPSESSID=20110012508181580>>. Acessado em 12 mar. 2011.

VEIGA, Ilma P. A. (org). Projeto Político pedagógico da Escola, uma construção possível. Campinas/ SP: Papirus. 11 ed. 1995.